

ANC - OFEC

Ass. Const.

Comissão deve aprovar semiparlamentarismo

Da Reportagem Local

A Comissão Provisória estudou também e está fortemente inclinada a aceitar o semiparlamentarismo como o melhor sistema de governo para o Brasil. A declaração foi feita ontem à tarde em São Paulo na sede da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), pelo cientista político Bolivar Lamounier, 43, membro da Comissão e adepto do semiparlamentarismo, que ele prefere chamar de "diarquia", ou seja, duplo poder.

O semiparlamentarismo se diferencia do parlamentarismo pelo fato de o primeiro-ministro não ser escolhido por eleições diretas, mas indicado pelo presidente (este eleito pela população), com aprovação por maioria na Câmara dos Deputados. Lamounier coloca que, no semipar-

lamentarismo, o presidente tem a possibilidade de indicar até três vezes o primeiro-ministro, até obter apoio da maioria da Câmara. O parlamentarismo simples não seria possível no Brasil, segundo o cientista político, dada a larga tradição presidencialista do país.

Discriminação racial

O professor Hélio Santos, 40, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, afirmou ontem, em São Paulo, ao participar de Fórum de Debates "Discriminação Racial nas Relações de Trabalho", que foi aprovada pela Comissão proposta para que a discriminação passe a ser tratada como crime e não mais como contravenção, como a caracteriza a atual Lei Afonso Arinos.

Ele afirmou ainda que a futura

Constituição brasileira "deve refletir a cara do país", levando em conta os problemas e aspirações de uma população, constituída por 50,5% de mulheres, 44% de negros e 2/3 de pessoas com idade até 30 anos.

"Todo o esforço do Congresso constituinte deve ser direcionado no sentido de confluir os dois brasis", disse Hélio Santos, após observar que o país contrasta a condição de oitava economia do mundo com uma situação de pobreza que atinge cerca de 77 milhões de pessoas. Os negros, segundo Hélio Santos, representam 90% da população pobre, num círculo vicioso em que a falta de melhores oportunidades no mercado de trabalho e no sistema educacional acabam por gerar o desalento e a marginalização.

Não há democracia racial no Brasil, concluíram Hélio Santos e a

maioria dos participantes do fórum de debates, realizado das 10 às 17h no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), na rua dr. Vila Nova, 228, região central de São Paulo. Organizado pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e pela Secretaria das Relações do Trabalho, o evento reuniu representantes do movimento negro e profissionais de recursos humanos para debater a discriminação racial no trabalho. A problemática existe mas é de difícil caracterização pois as empresas que praticam o preconceito, vedando aos negros o acesso a cargos importantes, por exemplo, procuram sempre camuflar esse comportamento, relataram os membros do Conselho de Participação. Para Hélio Santos, a questão precisa ser atacada de frente pela nova Constituição.